



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE
Nº 07/2006

Dispõe sobre a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Ambiental.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 11 de agosto de 2006, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a necessidade de qualificar profissionais de nível superior nas temáticas da educação ambiental e meio ambiente, que tenham como propósito contribuir para uma formação crítica e científica necessárias ao exercício ético da cidadania ambientalmente responsável,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a criação do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Ambiental.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 11 de agosto de 2006.

Prof. Alan Barbiero
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GEOGRAFIA – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Coordenadora
Prof^ª. MSc. Thereza Christina Costa Medeiros

Novembro
2005

1. Identificação do Curso

1.1. Curso

Educação Ambiental

1.2. Área do Conhecimento

Meio ambiente

1.3. Unidade Responsável

NEMAD – Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento
Curso de Geografia/UFT/Campus de Porto Nacional

1.4. Coordenadora do Curso

MSc. THEREZA CHRISTINA COSTA MEDEIROS

e-mail: thereza@uft.edu.br

telefones: (63) 3363-1283 - UFT/Porto Nacional

(63) 3363-6651 - Coordenação do Curso de Geografia UFT/PN

(63) 3363-1679 - Residência

1.5. Titulação da Coordenadora

Mestre

1.6. Instituição Conveniada

Não tem

1.7. Apresentação

Nos últimos séculos, sobretudo a partir do século XX, as sucessivas revoluções técnico-científicas, acompanhadas de vigoroso e complexo desenvolvimento econômico, transformaram o homem como ser social. Promoveu, dentre outros aspectos, a longevidade, mas não conseguiu, entretanto, reduzir a natalidade no mesmo nível, como seria desejável, assim, possibilitou à humanidade um crescimento demográfico rápido. A tecnificação e a sofisticação crescente dos padrões sociais e culturais, acompanhados do crescimento populacional passaram a interferir cada vez mais no meio ambiente, com a exploração dos recursos naturais.

Na década de 70, no século passado, a poluição e o alerta contra o esgotamento dos recursos naturais começaram a trazer preocupações aos governantes. A nível mundial, a questão ambiental ganhou grande repercussão com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, quando também foi discutida a questão da educação para o meio ambiente, tendo sido estabelecida a necessidade de uma abordagem

multidisciplinar para nova área de conhecimento, abrangendo todos os níveis de ensino, incluindo o nível não formal, com a finalidade de sensibilizar a população para os cuidados ambientais. A partir de então, outros eventos aconteceram com a finalidade de tratar sobre Educação Ambiental, como o Seminário Internacional sobre a Educação Ambiental, em 1975 que aconteceu em Belgrado, reuniões no âmbito da América Latina, em Chosica (Peru) e Bogotá (Colômbia), em que a Educação Ambiental foi postulada como um agente fortalecedor e catalisador dos processos de transformação social e de promover conhecimento dos problemas ligados ao ambiente e preconizar a ação educativa permanente, através da qual a comunidade toma consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens mantêm entre si e com a natureza, dos problemas derivados destas relações e de suas causas profundas.

Em 1987 o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou maior expressão e força institucional a partir da divulgação do “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que projeta o ideal do “desenvolvimento sustentável”, tendo sido definido como um processo de mudança comportamental para racionalizar a exploração dos recursos naturais, mudança institucional. A partir daí, tal conceito passa a concentrar o debate acerca de interfaces entre produção e conservação ecológica.

Em 1977, a ONU, através da UNESCO, organizou a I Conferência Intergovernamental sobre Educação para o meio Ambiente, em Tbilisi, Geórgia (ex-URSS). Nesta Conferência foram traçados, de forma mais sistemática e com uma abrangência mundial as diretrizes, as conceituações e os procedimentos para a Educação Ambiental.

Em 1992, vinte anos após a Conferência de Estocolmo, ocorreu a Rio-92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), e durante este grande evento ambiental ocorreu o Fórum Global, evento paralelo reunindo Organizações Não-Governamentais (ONGs) de todo o mundo. Durante este Fórum aconteceu a Jornada Internacional de Educação Ambiental e ao final deste foi produzido o “Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global”.

No Brasil, no século passado, na década de 70, a Educação Ambiental encontrava-se em um estágio embrionário e na década de 80, começaram a surgir mais intensamente trabalhos acadêmicos abordando a temática, tal fato ocorreu simultaneamente com o maior envolvimento da sociedade e do setor político, com a inserção de uma mentalidade mais democrática. Em 27 de abril de 1999 foi criada a Lei nº 9.795, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada em 2000.

De acordo com o Art. 1º da Lei 9.795, “Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. E com o Art. 2º, “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. O Art. 3º dá incumbências ao Poder Público, às instituições educativas, aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), aos meios de comunicações, às empresas, às entidades de classes e às instituições públicas e privadas de promoverem a educação ambiental, de incorporarem a dimensão ambiental em suas programações e à sociedade como um todo, manter a atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

No ritmo do mundo moderno onde as modificações são surpreendentes e com uma rapidez assustadora, a questão ambiental ultrapassa as fronteiras nacionais indicando que a preocupação ecológica não tem pátria. Porém, a questão ambiental, no Brasil, apesar da legislação existente, não tem recebido a atenção devida. Embora a preocupação com o meio ambiente seja legítima, uma parte da sociedade encara o fato como modismo, não se apercebendo de que ao longo dos séculos, a interação sociedade-natureza acarretou uma série de problemas como a degradação dos sistemas vitais, mudanças climáticas, diminuição da biodiversidade, erosão do solo, seca, inundações, desertificação, dentre outros, que a seu termo, ameaçam a sobrevivência das várias espécies, inclusive a humana.

A desejável conscientização ecológico-ambientalista, que guiará os passos da humanidade na luta em favor da natureza e da espécie humana, se evidencia por caminhos tortuosos. O ser humano está de tal modo condicionado a concepção de modernidade construída pelo elogio do “novo pelo novo” e pelo descarte do obsoleto; pelo controle da natureza pela técnica (condição para que o homem supra as suas necessidades e chegue ao almejado bem-estar social e econômico), que a visão de miséria e progresso, atraso e evolução histórica, falta de tempo para o lazer e bem-estar material, está de tal forma marcada no imaginário humano que a argumentação conscienciosa em favor do meio ambiente não convence.

Se enquanto preocupação mundial, a questão ambiental encontra no Brasil um país ainda distante de conseguir um grau de desenvolvimento que satisfaça as necessidades básicas da sua população, o que dirá com a educação ambiental. As peculiaridades físicas, econômicas e ambientais impedem a simples transferência de práticas desenvolvidas entre países, sem falar na correção necessária dos bolsões de pobreza existentes no país.

No Estado do Tocantins, os aspectos sociais – divisão social do trabalho, nível de educação e escolaridade da população, evidenciam que os problemas ambientais da tecnologia mal assimilada, somam-se à poluição da pobreza e do atraso. Isto contribui, de alguma forma, para a propagação de um discurso de que seria uma contradição lógica abrir mão do desenvolvimento do Estado, mesmo que seja de investimentos potencialmente poluidores, em nome da preservação do ambiente. Reconhece-se que os avanços tecnológicos muito colaboram para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Ao contrário, a reflexão que deve ser feita diz respeito, a saber, que fração da população é beneficiada com este suposto progresso. Se determinada exploração irracional dos recursos naturais atende aos interesses de uma fração menor, suas conseqüências atingem a todos e se mantém a prática de um desenvolvimento não sustentável, modelo já ultrapassado de desenvolvimento. Razão pela qual enfatiza-se que o debate sobre o ambiente não deve ser unilateral, sem estabelecer as necessárias relações com os outros graves problemas da humanidade, ressaltando a dignidade da vida humana para todos e a redução drástica da desigualdade entre os seres humanos.

Tem-se, portanto, um grande desafio a ser enfrentado e a necessidade da prática de um desenvolvimento sustentável. Assim, será possível desenvolver uma tecnologia específica e limpa aplicável em regiões tropicais, bem como a formação de profissionais capacitados a enfrentar as questões relacionadas ao meio ambiente e a estar promovendo a educação ambiental.

2. Caracterização do Curso

2.1. Período de Realização

Início: março/2006

Término: fevereiro/2007

2.2. Carga Horária

360 h – 24 créditos - Obrigatórios

2.3. Nível

Especialização

2.4. Modalidade do Curso

Modular

2.5. Número de Vagas

40 vagas

2.6. Público Alvo

Profissionais de nível superior, graduados em diferentes áreas do conhecimento, atuantes no ensino, na educação ambiental, ou que tenham interesse sobre as temáticas relacionadas ao meio ambiente.

2.7. Linhas de Pesquisa do Curso

Educação e Sociedade

Meio Ambiente

Desenvolvimento

3. Objetivos e Necessidades do Curso

3.1. Objetivo Geral

Qualificar profissionais de nível superior nas temáticas da educação ambiental e meio ambiente com o propósito de contribuir para uma formação crítica e científica para o exercício ético da cidadania ambientalmente responsável e pelas ações de sustentabilidade.

3.2. Objetivos Específicos

- estimular a reflexão crítica da educação ambiental como meio de viabilizar projetos de gestão ambiental;
- estimular a inclusão dos pressupostos de educação ambiental, nas escolas, em todas as disciplinas;
- identificar, refletir e questionar os problemas ambientais brasileiros, regionais e locais, formulando proposições e ações;
- desenvolver uma visão mais abrangente dos problemas ambientais e da sociedade;
- reconhecer métodos mais adequados ao processo de ensino-aprendizagem na prática da educação ambiental.

3.3. Justificativa Social e Institucional para instalação do curso, importância e perspectivas acadêmico-científicas.

A educação ambiental tem como postulado, nos seus objetivos gerais, uma ampliação da consciência individual para uma consciência coletiva que significa uma ampliação para uma consciência planetária, comprometida com a melhoria da qualidade do ambiente. A melhor qualidade de vida está intrinsecamente relacionada a um ambiente equilibrado tanto no nível local quanto global. O lema ecológico da educação ambiental é o de “agir localmente e pensar globalmente”, onde cada indivíduo consciente de que a sua ação local e/ou individual agem sincronicamente no global, atingindo dessa forma uma consciência planetária em que é preciso sentir-se e agir de forma integrada, ou seja, humano/natureza, promovendo uma cidadania planetária.

O Curso em Educação Ambiental aqui proposto pretende atender também, em parte, a demanda dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, que é inserir a educação ambiental nas estruturas curriculares dos cursos de graduação, oferecer a formação em nível de pós-graduação nas instituições públicas como forma de enraizamento da educação ambiental nos Estados brasileiros e oferecer educação ambiental formal e não-formal a diferentes públicos

numa perspectiva inter e multidisciplinar. Desta forma a UFT, através do curso proposto, estará contribuindo para esta tarefa no Estado do Tocantins. Neste sentido, especificar um público alvo para o curso é andar na direção contrária das proposições legais, que atendem em última instância, a proposições internacionais.

O delineamento deste Projeto teve como ponto de partida observações realizadas na rede oficial de ensino do Estado do Tocantins e no comportamento da comunidade portuense em relação ao seu modo de agir para com o meio ambiente, evidenciando uma necessidade de qualificação profissional direcionada aos diversos setores da comunidade sobre educação ambiental, bem como no sentido de atender anseio de alunos do curso de Geografia que estão em processo de conclusão do curso ou já tendo o curso concluído, com habilitação em licenciatura ou bacharelado.

Nos últimos dois anos, foram realizadas algumas atividades e entrevistas com professores da rede oficial de ensino do Estado do Tocantins, e observou-se que a maioria destes profissionais não realiza a prática da educação ambiental em sua ação pedagógica, fato que se pretende quantificar melhor num trabalho de pesquisa. Constatou-se, ainda, a falta de hábito dos professores em desenvolver uma postura crítica diante da realidade; deficiência de material e equipamentos na escola que permitissem o apoio às atividades; incapacidade de alguns em extrapolar os limites da própria disciplina, permitindo, dessa forma, uma integração de conteúdos; pouco conhecimento das noções básicas de ecologia e das ciências do ambiente.

As escolas observadas só desenvolvem atividades sobre o ambiente a partir de datas comemorativas, como, por exemplo, semana da árvore, dia dos animais, dia do meio ambiente, entre outros, que na prática não atingem os objetivos pretendidos com a ação educativa, pois é feito um estudo superficial, valorizando-se mais as apresentações em praças públicas, tais como passeatas, panfletagem, perdendo a oportunidade de refletir e discutir os porquês dos problemas com que a população se depara. Ou, por outro lado, ouvem palestras nas quais técnicos discorrem sobre um tema, onde os alunos e a comunidade ouvem tudo passivamente sem que pelo menos questionem a veracidade do que foi dito ou se aquela interpretação/argumentação explica o que está sendo abordado.

A fragilidade do processo de formação de professores leva-os a não saber integrar os conteúdos aos problemas ambientais. No máximo, o que fazem é uma análise superficial do tema, deixando de abordar aspectos fundamentais para a compreensão da problemática, por sentirem dificuldade de estabelecer as relações existentes entre as interações naturais e as interações sociais e culturais.

A capacidade crítica, o espírito de iniciativa e o senso de responsabilidade com relação à interação sociedade-natureza só terão possibilidades de desenvolvimento, se houver uma mudança de comportamento individual do educador. No entanto, para ocorrer essa mudança se faz necessário investir na formação deste educador, o que implica na melhoria da qualidade de ensino.

Acredita-se que, da qualidade dessa prática, depende a melhoria do processo ensino-aprendizagem, bem como uma relação mais efetiva do educador para com o educando, além de levar o próprio educando a uma atitude mais participativa em relação ao seu meio social e familiar e ao seu desenvolvimento integral, o que se refletirá na sua relação com o ambiente.

Porém, a educação ambiental como um processo permanente em que os indivíduos e a coletividade tomam consciência de seu meio e adquirem os conhecimentos, os valores, as competências, as experiências e a vontade capaz de fazê-los atuar individual e coletivamente,

para resolver os problemas atuais e futuros do meio ambiente, deve extrapolar os muros da Escola, permitindo a participação de todos e o envolvimento da comunidade, o que implica ter-se uma preocupação em atingir também um público não apenas interdisciplinar, mas, sobretudo, multiprofissional.

Nas empresas, por exemplo, muitos problemas ambientais que parecem complicados podem se tornar de simples solução, desde que haja investimento em educação ambiental. Ela conduz os profissionais a uma mudança de comportamento em relação ao meio ambiente interno e externo. A educação ambiental nas empresas tem um papel muito importante porque desperta cada funcionário para a ação e a busca de soluções concretas para os problemas ambientais que ocorrem principalmente no seu dia-a-dia, quer seja no seu local de trabalho, onde ele tem poder de atuação para a melhoria da qualidade ambiental dele e de seus colegas, quer seja fora do seu ambiente de trabalho, mas também chegando até a sua casa, melhorando a qualidade ambiental dele e da sua família.

Portanto, não é só nas escolas que a educação ambiental se faz necessária em se realizar. Os recursos para o ensino-aprendizagem da educação para o meio ambiente se encontram em todas as partes, como nas grandes, médias, pequenas e microempresas; nas indústrias, fábricas e no comércio.

È necessário pesquisar novas formas de trabalhar as informações existentes em todos os espaços sociais, construir novos conhecimentos e apresentar novos enfoques para a formação de pessoal, de modo a formar educadores ambientais que estimulem nos seus alunos, o exercício da cidadania, o desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade e uma participação consciente e responsável no espaço social. Através de escolas e setores da sociedade quer sejam empresa, indústrias, fábricas, comércio, a meta é atingir um público significativo promovendo a formação de multiplicadores da educação ambiental.

Atualmente, são vários os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Ambiental ao nível de Brasil, podendo-se verificar uma diversidade de currículos, com cada curso oferecendo um rol de disciplinas diferenciado dos demais. Tal flexibilidade curricular é dada pelo leque de abrangência da definição de educação ambiental referida pela Lei 9.795 de 1999 que instituiu a educação ambiental no Brasil, ao se referir à educação ambiental como sendo “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

No Projeto aqui proposto de Especialização em Educação Ambiental as disciplinas que compõem o currículo do curso são: Fundamentos da Educação Ambiental, Metodologia da Pesquisa Científica, Meio Ambiente: relações homem x natureza, Metodologias em Educação Ambiental, Conservação e Planejamento do Uso do Solo, Seminário de Produção Científica, Educação Ambiental em Bacias Hidrográficas, Educação Ambiental e Gerenciamento de Riscos Ambientais, Representação Cartográfica e Tratamento de Dados Geográficos (sócio-ambientais), Análise urbana como Instrumento Educativo, Desenvolvimento Rural: produção e conflitualidade X meio ambiente. Todas as disciplinas têm enfoque ambiental e trabalham conteúdos que contribuirão para a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, contemplando a Lei 9.795 acima referida.

Pode-se agrupar as disciplinas em quatro blocos. O 1º bloco engloba disciplinas que tratam da educação ambiental e dos aspectos físico-ambientais: Fundamentos da Educação Ambiental, Meio Ambiente: relações homem x natureza, Metodologia em Educação Ambiental e Educação

Ambiental em Bacias Hidrográficas, Educação Ambiental e Gerenciamento de Riscos Ambientais; o 2º bloco que engloba disciplinas sócio-ambientais: Análise Urbana como Instrumento Educativo e Desenvolvimento Rural: produção e conflitualidade X meio ambiente; o 3º bloco engloba disciplinas técnico-ambientais: Representação Cartográfica e Tratamento de Dados Geográficos (sócio-ambientais) e Conservação e Planejamento do Uso do Solo; e um 4º bloco que engloba disciplinas estruturais que possibilitarão a execução do projeto de pesquisa dos discentes e apresentação dos artigos científicos: Metodologia da Pesquisa Científica e Seminário de Produção Científica.

O rol de disciplinas do Curso aqui proposto, além de trabalhar a Educação Ambiental de forma específica como disciplina individualizada, pelo seu caráter de transversalidade a educação ambiental está presente nas várias disciplinas; permite uma visão ampla do meio ambiente natural, com abordagem sobre a biosfera, litosfera (ao trabalhar ariscos ambientais com abordagem geomorfológica e solos), hidrografia, meio ambiente cultural, com abordagem sobre o meio ambiente urbano e rural; permite também a formação no que diz respeito a representações de fatos e fenômenos ambientais através da síntese espacial proporcionada pela representação cartográfica, instrumento básico nos estudos ambientais que englobam diagnósticos, planejamentos e gestões ambientais. A prática da educação ambiental só é possível pela construção do embasamento técnico-científico.

Neste Curso o estudo da legislação ambiental é contemplado nas diferentes disciplinas, da mesma forma que a ética ambiental. Esta última, pelo seu caráter transversal, é trabalhada em todas as disciplinas, uma vez que dentre outros aspectos a ética diz respeito aos valores, conduta humana e responsabilidades profissionais e sabe-se que, o conhecimento não é neutro nem impermeável aos diversos tipos de valores. Entretanto, a ética ambiental é trabalhada de maneira mais específica na disciplina Meio Ambiente: relações homem x natureza.

4. Estrutura e Funcionamento do Curso

4.1. Processo Seletivo:

a) Inscrição para seleção

Período: 10/01/06 a 17/02/06

Local: PROPESQ/UFT Campus de Palmas e UFT Campus de Porto Nacional

Horário: 08:00 h às 12:00 h – 14:00 h às 18:00 h

Telefone: (63) 363-1283

Documentação Exigida:

- a. Formulário de inscrição
- b. *Curriculum Vitae*
- c. Cópia do Título de eleitor
- d. Cópia dos Documentos pessoais (RG e CPF)
- e. Cópia diploma de graduação
- f. Cópia Histórico Escolar
- g. 03 (três) fotos 3 x 4
- h. Prova de estar em dia com as obrigações militares e/ou eleitorais, no caso de candidato brasileiro; no caso de estrangeiro, os exigidos pela legislação específica
- i. 03 (três cópias) do pré-projeto de pesquisa

b) Seleção

Seleção/previsão: Período: 21 a 22/02/06

Local: Campus de Porto Nacional

Horário: 8:00 h às 11:30; 14:00 às 17:30 h

Divulgação de resultado/previsão: primeira semana de março de 2006

Local: Campus de Porto Nacional

Forma adotada para seleção:

- a. Entrevista
- b. Análise do pré-projeto de pesquisa
- c. *Curriculum vitae*

c) Matrículas

Período: 07/03 a 11/03/06

Local: PROPESQ/UFT Campus de Palmas e UFT Campus de Porto Nacional

Horário: das 8:00 h às 12:00 h – 14:00 às 18:00 h

4.2. Critérios de Avaliação

1) Dos alunos

A avaliação da aprendizagem de cada disciplina será feita por:

- Apuração da frequência às aulas ou atividades previstas;
- Apuração da média final das disciplinas, mediante provas, exames e/ou trabalhos, participação e interesse pela disciplina, segundo observação do docente;
- Apresentação pública de produção científica (artigo) de conclusão de curso.

2) Do aproveitamento

- A média de aprovação em cada disciplina é 7,0 (sete);
- Será reprovado por falta o aluno que deixar de frequentar mais de 25% (vinte e cinco por cento) de uma disciplina ou de uma atividade.
- A escala de aferição do aproveitamento é a que se segue:

A – de 9,0 a 10,0 (Ótimo)

B - de 8,0 a 8,9(Bom)

C – de 7,0 a 7,9 (Regular)

D – de 5,0 a 6,9 (Fraco)

E – Inferior a 5,0 (Rendimento nulo)

Observação:

- Para aprovação na disciplina, o/a discente deverá atingir no mínimo a média 7,0 que corresponde ao conceito “C”.
- Caso o/a discente não atinja a frequência mínima ou o aproveitamento mínimo exigido em uma disciplina, poderá seguir com as demais disciplinas e receberá certificados por elas.
- A avaliação produção científica (artigo) de conclusão de curso será feita por uma banca examinadora, composta de três professores do curso e/ou convidados.

3) Das disciplinas e do Curso

Avaliação feita pelos alunos, com base em questionário elaborado pela coordenação do Curso de Especialização.

4.3. Corpo Docente

Docentes da Unidade	
Qte	C/H
08	360

4.4. Titulação

Docentes da Unidade	
MSc.	Dr.
07	01

4.5. Estrutura Curricular

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	PROFESSOR	Nº DE HORAS	CRÉDITOS
Fundamentos da Educação Ambiental	Valdir Aquino Zitzke (MSc)	45	03
Metodologia da Pesquisa Científica	Berenice Feitosa da Costa Aires (MSc)	30	02
Meio Ambiente: relações homem x natureza	Thereza Christina Costa Medeiros (MSc)	30	02
Metodologias em Educação Ambiental.	Valdir Aquino Zitzke (MSc)	45	03
Conservação e planejamento do uso do solo	Hayda Maria Alves Guimarães (Dra)	30	02
Seminário de Produção Científica	Thereza Christina Costa Medeiros (MSc)	60	04
Educação Ambiental em Bacias Hidrográficas	Ana Cláudia Ventura dos Santos (MSc)	30	02
Educação Ambiental e Gerenciamento de Riscos Ambientais	Sandro Sidnei Vargas de Cristo (MSc)	30	02
Representação Cartográfica e Tratamento de Dados Geográficos (sócio-ambientais)	Maurício Alves da Silva (MSc)	30	02
Análise Ambiental Urbana como Instrumento Educativo	Lucas Barbosa e Souza (MSc)	30	02
Desenvolvimento Rural: produção e conflitualidade X meio ambiente	Atamis Antonio Foschiera (MSc)	30	02
TOTAL:		390	26

OBS: O curso contará com a participação dos professores acima, cabendo ressaltar a possibilidade de alteração e/ou ampliação do quadro, respeitada sempre a qualificação acadêmica e a excelência didático-metodológica do curso.

1ª Modalidade (obrigatória) - 390 h/a = 26 créditos

4.6. Conclusão

O curso terá a duração mínima de 12 meses e máxima de 15 meses entre o início das aulas e entrega dos artigos de conclusão de curso. A partir dessa data o coordenador do curso e os professores terão o prazo de 30 dias para entregar as notas e o relatório final, constando aprovados e reprovados, receita e despesas.

4 7..Bibliografia

Agenda 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Sub-secretaria de Edições Técnicas, 1997.

BRITO, F. A.; CÂMARA, J. B. D. **Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável.** Petrópolis: Vozes, 1998.

MEDINA, N. M. **Educação ambiental para o Século XXI & A Construção do conhecimento:** suas implicações na Educação Ambiental/ Análise de um Programa de Formação de Recursos Humanos em Educação Ambiental: - Brasília: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 1997.

Manual Global de Ecologia: o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente/Editado por Walter H. Corson; 2ª ed. São Paulo: AUGUSTUS, 1996.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas: Papirus, 1995.

Ementas das Disciplinas

Disciplina: Fundamentos da Educação Ambiental

Professor: Valdir Aquino Zitzke

Carga Horária: 45 horas

Ementa

Surgimento e evolução do conceito de EA. A emergência da Educação Ambiental no Brasil e no mundo. Epistemologias da Educação Ambiental. Introdução ao estudo da educação ambiental. Sujeito e objeto da educação ambiental. Diversidade biológica e social em educação ambiental. Noções de responsabilidade social, debate e desenvolvimento de posturas e princípios de educação ambiental. Educação ambiental: teoria ou prática? Do positivismo à interpretação. A posição crítica da EA. O caráter interdisciplinar da educação ambiental. O valor dos contextos para educação ambiental.

Objetivos

- Discutir o conceito de ambiente como representação
- Discutir a relação entre as dimensões física, biológica e antropossocial na construção do conhecimento ambiental
- Compreender a questão ambiental em suas dimensões econômica, política, histórica, social e psicológica e filosófica;
- Conhecer e debater sobre alguns trabalhos de EA realizados ou em andamento
- Propor ações e trabalhos de Educação Ambiental.

Bibliografia

CAPRA F. **A teia da vida** - uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.

COSTA LIMA G.F. **Crise Ambiental, Educação e Cidadania** - os desafios da sustentabilidade emancipatória in Baeta, M^a.B. (org.) Educação Ambiental: Repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cultrix, 2000.

DANSA C., FREITAS H. e ZANETI I. **Educação e Desenvolvimento Sustentável: Saúde e meio ambiente** in UNB/FE/PIE - Módulo III-vol 3. Eixo Integrador Educação e Trabalho, Brasília, 2002.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2000.

HUTCHINSON, D. **Educação Ecológica** - Idéias sobre a consciência ambiental, Porto Alegre: ArtMed, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenadoria de Educação Ambiental. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: DF, 1998.

PELIZZOLI, M.L. **A emergência do paradigma ecológico**. Petrópolis: Vozes, 1999.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. Rio de Janeiro: Cortez, 1999.

Disciplina: Educação Ambiental e Gerenciamento de Riscos Ambientais
Professor: Sandro Sidnei Vargas de Cristo
Carga Horária: 30 horas
Ementa Educação Ambiental como subsídio ao gerenciamento de Riscos Ambientais com vistas ao desenvolvimento de métodos e técnicas preventivas. Conceituações e terminologias relacionadas à Educação Ambiental, Riscos e Desastres Naturais. Relação: Carência de Educação Ambiental como fator de Degradação e Riscos Ambientais. Ações e responsabilidades governamentais na prevenção e gerenciamento de Riscos Ambientais
Objetivo Aplicação da Educação ambiental como instrumento de prevenção e gerenciamento de Riscos Ambientais.
Bibliografia

Disciplina: Meio Ambiente: Relações Homem X Natureza
Professora: Thereza Christina Costa Medeiros
Carga Horária: 30 horas
<p>Ementa</p> <p>Biosfera e Ecosfera. Teoria de Gaia. Fundamentos teóricos de conceitos básicos sobre educação e temática ambiental. A interdisciplinaridade da educação ambiental: Visão multi/inter e transdisciplinar. Evolução histórica das relações homem x natureza. Impactos ambientais: conseqüências da ocupação e uso da terra. Política Nacional de Meio Ambiente. Agenda 21.</p>
<p>Objetivos</p> <p>Permitir ao discente o conhecimento sobre a biosfera e a ecosfera, sobre as relações homem x natureza, seu processo de evolução, as conseqüências dessa complexa relação e o desenvolvimento histórico das políticas ambientais.</p>
<p>Bibliografia</p> <p>Avaliação de impacto ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas. Coordenação e adaptação de Miriam Laila Absy, Francisca Neta A. Assunção, Sueli Correia de Faria, versão de Paula Yone Stroh... (et al.) – Brasília: IBAMA, 1995.</p> <p>LEWINSHON, T. M. Biodiversidade brasileira: síntese do estado atual do conhecimento. São Paulo: Contexto. 2002.</p> <p>Manual Global de Ecologia: o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente/Editado por Walter H. Corson; 2ª ed. São Paulo: AUGUSTUS, 1996.</p> <p>Agenda 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Sub-secretaria de Edições Técnicas, 1997.</p> <p>BRITO, F. A.; CÂMARA, J. B. D. Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.</p> <p>DAJOZ, R. Ecologia Geral. Petrópolis: Universidade de São Paulo, 1983.</p> <p>GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. Campinas: Papyrus, 1995.</p> <p>MARCONDES, K. A.; OLIVEIRA CÓ, W. L. Gaia: uma semente: educação ambiental interdisciplinar. Vitória: Edufes/CEG Publicações, 1999.</p> <p>MEDINA, N. M. Educação ambiental para o Século XXI & A Construção do conhecimento: suas implicações na Educação Ambiental/ Análise de um Programa de Formação de Recursos Humanos em Educação Ambiental: - Brasília: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 1997.</p>

Disciplina: Educação Ambiental em Bacias Hidrográficas
Professor: Ana Cláudia Ventura dos Santos
Carga Horária: 30 horas
Ementa Conceito de Bacia Hidrográfica; conceito de Educação Ambiental; arcabouço legal; metodologia; prática de EA em Bacias Hidrográficas.
Objetivo Compreender a Educação Ambiental no âmbito da Bacia Hidrográfica.
Bibliografia LEAL, A. C. et al. Microbacia e Educação Ambiental. In: MAURO, C. A. (Coord.). Laudos Periciais em depredações ambientais Rio Claro: UNESP, 1997. NOGUEIRA, A. R. B. Mapa mental: um recurso didático para o estudo do lugar. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa . São Paulo: Contexto, 2002. SCHIEL, D.; MASCARENHAS, S.; VALEIRAS, N.; SANTOS, S. A. M. (Orgs.). O estudo de Bacias Hidrográficas: uma estratégia para Educação Ambiental . 2. ed. São Carlos: Rima, 2003. ASSIS NETO, F. et al. (Org.). Ambientis na escola: recriando a educação . Fortaleza: GEA: Banco do Nordeste, 1996. BELTRAME, Ângela da Veiga. Diagnóstico do meio físico de bacias hidrográficas: modelo e aplicação . Florianópolis: UFSC, 1994.

Disciplina: Conservação e Planejamento do Uso do Solo
--

Professor: Hayda Maria Guimarães

Carga Horária: 30 horas

Ementa

Introdução: Biodiversidade x Renovação de solos. Viagem - Usina Hidrelétrica do Lajeado – Lajeado –TO. Sistema de Classificação do Solo (Determinação e Importância). Degradação do Solo e da Água - Erosão do Solo: Fatores que influenciam a erosão. Alternativa de manejo, Controle de Voçorocas - Preparo do Solo x Conservação e Classificação e Planejamento de Uso do Solo.

Objetivos

Fornecer aos alunos informações sobre os processos de erosão do solo e suas relações com o meio ambiente, indicando os principais métodos e práticas conservacionistas, associados a uma proposta de planejamento do uso da solo e água de acordo com as suas aptidões.

Bibliografia

[Moldura2]

Disciplina: Representação cartográfica e tratamento de dados geográficos (sócio-ambientais).

Professor: Maurício Alves da Silva

Carga Horária: 30 horas

Ementa

Uso da escala de mensuração dos dados (quantitativos e qualitativos) e formas adequadas de representação cartográfica, voltada para o meio ambiente. Uso das cores na simbologia cartográfica. Leitura de legenda dos aspectos ambientais: unidades geomorfológicas, unidades morfográficas, hipsometria, perfis topográficos e dados climáticos. Leitura de legenda dos aspectos antrópicos: uso e ocupação da terra. Novas tecnologias cartográficas aplicadas nas atividades de Educação Ambiental. Síntese cartográfica (maquete) como ferramenta para as representações significativas nas atividades de Educação Ambiental.

Objetivo

- Compreender a importância da aplicação da representação cartográfica na educação para o meio ambiente;
- Dotar o pós-graduando de técnicas de representação cartográfica no processo de ensino-aprendizagem na educação voltada para o meio ambiente.

Bibliografia

DIAS JR, A. G. Desenvolvimento de mapas temáticos utilizando base de dados. **VII SIMPÓSIO DE SENSORIAMENTO REMOTO**. São Paulo: INPE, 1990.

DUARTE, P. A. **Cartografia Temática**. Florianópolis: UFSC, 1991.

LIBAULT, A. **Geocartografia**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1975.

MARTINELLI, M. **Cartografia Temática**. Contexto, 1991.

MARTINELLI, M. Cartografia ambiental: uma cartografia diferente? **Revista do Departamento de Geografia**, 7, p. 61-80, 1994.

MENEGUETTE, A. A.C. Atualização cartográfica a partir de imagens orbitais: Metodologia e alguns resultados. **VI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO**. São Paulo: INPE, 1990.

OZENDA, P. **La cartographie ecologique et ses applications**. Paris: Masson, 1986.

PEREIRA FILHO, W. Atividade antrópica e meio ambiente analisados por sensoriamento remoto e sistemas de informações geográficas na área da UHE – Tucuruí/PA. **VII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO**. São Paulo: INPE, 1993.

SIMIELLI, M. E. R. **Variação Espacial da Capacidade de Uso da Terra: Um ensaio...** São Paulo: USP/IG, 1981.

Disciplina: Metodologias em Educação Ambiental

Professor: Valdir Aquino Zitzke

Carga Horária: 45 horas

Ementa

Visão histórica geral e crítica sobre a questão ambiental. Diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Equilíbrio entre a visão tecno-racional e ético-emocional. Educador ambiental e educação ambiental. Atividades e material didático em educação ambiental. Abordagens e estratégias em educação ambiental. Pesquisa em educação ambiental. Educação para o futuro. Colaboração com as comunidades. As experiências compartilhadas. Avaliação crítica e interfaces em projetos ambientais. Experiências em projetos de educação ambiental em espaços formais e não-formais.

Objetivos

1. Apresentar diferentes abordagens pedagógicas em atividades de educação ambiental;
2. Relacionar os conteúdos das disciplinas escolares com a temática ambiental;
3. Aproximar teoria e prática nas diferentes disciplinas, a partir dos objetivos de cada uma delas.

Bibliografia

REIGOTA, M. e NOAL, F. ° (orgs.). Tendências da educação ambiental brasileira. **Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2000.**

KEGLEVICH, E. e PARREIRA, I. **Práticas de educação ambiental.** Goiânia, GO: Deescubra, 2004.

GIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BRASIL. MMA. DEA. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília, 2004.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica
Professor: Berenice Feitosa da Costa Aires
Carga Horária: 30 horas
Ementa A metodologia da pesquisa caracteriza-se pela proposta de discutir e avaliar as características essenciais da ciência e de outras formas de conhecimentos, as abordagens metodológicas, enfocando o planejamento da pesquisa, a elaboração de projetos de pesquisa, bem como a elaboração de trabalhos acadêmicos.
Objetivos Propiciar ao aluno a compreensão da ciência e da pesquisa científica, bem como os recursos teóricos e metodológicos necessários para elaboração de um pré-projeto de pesquisa e um artigo científico.
Bibliografia BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes. BASTOS, C. L.; KELLER, V. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 17. ed. rev. e atual. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004. GONÇALVES, H. A. Manual de Artigos Científicos. São Paulo: Avercamp, 2004. KIDDER, Louise, H. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez. RUIZ, J.A. Metodologia científica: guia para a eficiência nos estudos. São Paulo, Ed. Atlas. SALOMON. Delcio Vieira. Como fazer uma monografia. Ed. Martins Fontes. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: apresentação de artigos em publicações periódicas. Rio de Janeiro, 1994. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

Disciplina: Seminário de Produção Científica

Professor: Thereza Christina Costa Medeiros

Carga Horária: 60 horas

Ementa

Coordenação, acompanhamento, divulgação e exposição dos projetos de pesquisa. Apresentação de artigo científico.

Objetivos

- Coordenar o processo de construção e apresentação do artigo científico, do curso de especialização, em consonância com os respectivos orientadores das pesquisas dos discentes.
- Promover colóquios possibilitando a divulgação, exposição dos projetos e do desenvolvimento das pesquisas.
- promover a apresentação do artigo como trabalho de conclusão do curso.

Bibliografia

Indicada pelo professor orientador.

Disciplina: Desenvolvimento Rural: produção e conflitualidade X meio ambiente
Professor: Atamis Antonio Foschiera
Carga Horária: 30 horas
<p>Ementa</p> <p>O habitat rural e o meio ambiente. Evolução dos espaços naturais rurais sob o ponto de vista natural, social e cultural. Desenvolvimento como fruto da produção e da conflitualidade no campo. A formação de movimentos sociais e a sua interpretação ao longo do tempo. Conflitos sociais e o meio ambiente. Gestão ambiental e desenvolvimento rural sustentável. O papel da educação ambiental na gestão ambiental rural.</p>
<p>Objetivos</p> <p>Analisar a evolução dos espaços naturais rurais sob diversos pontos de vista, o desenvolvimento rural como resultado da produção e da conflitualidade no campo, as relações existentes entre os movimentos sociais e o meio ambiente a partir dos conflitos sociais e apresentar alternativas de gestão ambiental que visam um desenvolvimento sustentável no campo, ressaltando a importância da educação ambiental na gestão do meio rural.</p>
<p>Bibliografia</p> <p>BRITO, F. A.; CÂMARA, J. B. D. Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>MEDINA, N. M. Educação ambiental para o Século XXI & A Construção do conhecimento: suas implicações na Educação Ambiental/ Análise de um Programa de Formação de Recursos Humanos em Educação Ambiental: - Brasília: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 1997.</p> <p>FERNANDES, B. M. Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Socioterritorial. Inédito, 2005 a.</p> <p>_____. Movimentos Socio-territoriais e Movimentos Socio-espaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Inédito, 2005b.</p> <p>FOSCHIERA, A. A. Globalização e Movimentos Sociais no Campo: o Movimento dos Lavradores do Vale do Guaporé-MT. Santa Maria - Universidade Federal de Santa Maria, 2000, Dissertação, Centro de Ciências Rurais (Mestrado em Extensão Rural).</p> <p>GRZYBOWSKI, C. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. 3ª ed., Petrópolis: Vozes/FASE, 1991.</p> <p>Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. Clóvis Cavalcante (Org.). -2.ed.- São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.</p> <p>OLIVEIRA, A.U. A Geografia das Lutas no Campo. 6ª ed., São Paulo, Contexto, 1996. (Coleção Repensando a Geografia)</p> <p>SADER, E. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 2. ed., 1970-1980. Paz e terra: Rio de Janeiro, 1988.</p> <p>SCHERE-WARREN, I. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Edições Loyola, 1996.</p>

Disciplina: Análise ambiental urbana como instrumento educativo
Professor: Lucas Barbosa e Souza
Carga Horária: 30 horas
<p>Ementa</p> <p>Características das cidades contemporâneas e suas implicações ambientais (principais agentes formadores do espaço urbano, seletividade espacial e exclusão sócio-ambiental). Principais alterações ambientais decorrentes da urbanização, com ênfase na realidade local e regional: aspectos geomorfológicos (erosão urbana, grandes obras de engenharia e as mudanças provocadas na paisagem), climáticos (desconforto térmico, poluição do ar, mudanças no padrão pluviométrico) hidrológicos (aumento do escoamento superficial e problemas com a drenagem urbana, poluição das águas) e biogeográficos (diminuição das áreas verdes e das superfícies de infiltração). Análise ambiental urbana como instrumento educativo (relação das alterações ambientais urbanas com aspectos sociais e políticos, importância da tomada de consciência e da participação popular). Métodos e técnicas de educação ambiental no espaço urbano (o enfoque na realidade local e regional, a importância do trabalho de campo e a contribuição dos diferentes profissionais e disciplinas escolares).</p>
<p>Objetivo:</p> <p>Entender a análise ambiental urbana enquanto instrumento pedagógico em educação ambiental.</p>
<p>Bibliografia</p> <p>AYOADE, J. O. Introdução à Climatologia para os Trópicos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.</p> <p>BANCO DO NORDESTE. Manual de Impactos Ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999.</p> <p>CAMPOS FILHO, C. M. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 4. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001 (Cidade aberta).</p> <p>CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.</p> <p>DEL RIO, V; OLIVEIRA, L. (org.) Percepção Ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos: UFSCar, 1996.</p> <p>DEMO, P. Participação é conquista. Fortaleza: EUFC, 1986.</p> <p>DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 5 ed. São Paulo: Global, 1998.</p> <p>DREW, D. Processos interativos homem – meio ambiente. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.</p> <p>GUERRA, A. J. T; CUNHA, S.B. (org.) Geomorfologia e Meio Ambiente. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.</p> <p>----- Avaliação e Perícia Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.</p> <p>----- Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.</p> <p>LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (orgs.) Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>LYNCH, K. A Boa Forma da Cidade. Lisboa: Edições 70, 1999.</p> <p>MARICATO, E. Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.</p>

